

A ÚLTIMA FAÇANHA DO FEITICEIRO EM BUSCA DE JUSTIÇA E REPARAÇÃO¹: A ENTREGA DA CADEIRA DE JUBIABÁ PARA O TERREIRO MOKAMBO

Renata da Silva Cardoso

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação em 1894, em Salvador, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) almejava criar um museu que resgatasse o passado patriótico baiano. Seu estatuto inicial preconizava um acervo que deveria ser composto por itens que abrangessem “[...] arte, uso e costumes dos indígenas; instrumentos e armas, bem assim de objetos que tenham pertencido aos homens notáveis do país” (Estatutos [...], 1998, p. 37-38). Ademais, uma

¹ Este texto é o recorte da minha dissertação de mestrado, intitulada *Reminiscências de uma coleção. As peças do candomblé do IGHB: apreender, ofertar e exhibir*, defendida em 2021, e apresentada durante a XVI Reunião de Antropologia do Mercosul, no GT Coleções científicas, governo dos outros e formas da restituição.

de suas atividades específicas era a organização de exposições relacionadas a “[...] objetos e produtos da natureza, encontrados no solo do Estado, qualquer que seja o ramo da ciência a que estejam filiados” (Estatutos [...], 1998, p. 37-38). O museu do IGHB tinha como propósito principal promover pesquisas e embasar debates científicos sobre a fauna baiana, os produtos naturais e outros temas correlatos, demandando a instalação de laboratórios especializados, incluindo um laboratório “astronômico”.

A formação das coleções do IGHB se deu principalmente por meio de doações de simpatizantes, instituições filiadas e sócios, tanto correspondentes quanto efetivos. Cada item doado para qualquer uma das seções da instituição deveria ser avaliado por uma comissão², a qual atestasse seu valor histórico ou científico. Entretanto, essa avaliação nem sempre acontecia devido à falta de recursos humanos e financeiros, resultando na formação de um acervo diverso³.

Segundo Vânia de Carvalho e Solange de Lima (2005, p. 88), “[...] fazer uma oferta ao museu é uma forma de apropriação física do espaço público e de ressignificação dos sentidos que esta instituição propaga”. Nessa ação de transferência, que transcende os “limites da vida doméstica” para alcançar a esfera pública (Carvalho; Lima, 2005, p. 87), implica o reconhecimento do valor social da instituição receptora, especialmente se um dos critérios para a formação de seu acervo estiver relacionado a itens que evocam um passado nacional e representam “figuras notáveis”. Em troca, o doador adquire o “prestígio social” de estar vinculado a esse projeto. Um exemplo é a doação feita por Marianna da Silva Lima Ferreira que, em homenagem ao marido falecido, o sócio José Carlos Ferreira, ofereceu ao IGHB sua valiosa coleção de mineralogia (Estatutos [...], 1998, p. 170). No registro dessa doação, não havia qualquer indicação contextual, embora estivesse condizente com os interesses “científicos” institucional em estudar e reunir “produtos da natureza”, sendo o IGHB considerado o espaço adequado para preservar os objetos que pertenceram a um sócio que se dedicou à nação.

2 Filatelia, numismática, cerâmica, inscrições, topografia, geodésia e arqueologia são exemplos das comissões responsáveis por avaliar as ofertas feitas ao IGHB.

3 O arrolamento das ofertas destinadas ao IGHB era realizado pelo primeiro secretário, com a ajuda de outros funcionários da instituição. Essas listas eram inscritas nos livros *Ofertas e Doações* e posteriormente publicadas na revista do IGHB (Cardoso, 2021).

Por sua vez, a compreensão do museu do instituto como um espaço de relevância social levou-o a se tornar um local estratégico para receber essas doações, abrangendo uma gama de artefatos, como cristais, cerâmicas, louças, pinturas, vestuários etc. A instituição, por meio de seu colecionismo, reuniu objetos que representavam indivíduos e eventos históricos do Brasil e da Bahia, muitas vezes sem destacar o contexto e a trajetória em que esses objetos estavam inseridos, como é o caso da coleção de objetos do candomblé. Ao aceitar doações que não estavam contempladas em seu estatuto, fica evidente que o interesse do instituto não se limitava apenas ao recebimento dos objetos, mas também à valorização e prestígio atribuídos aos doadores. Essa prática permitia a construção de significados em torno do suposto *status* adquirido por meio das contribuições oferecidas (Cerávolo, 2017).

A COLEÇÃO DE OBJETOS DO CANDOMBLÉ DO IGHB

Em 1904, no texto “As belas-artes nos colonos pretos do Brazil: a escultura”, o médico-legista maranhense, Raimundo Nina Rodrigues, trouxe à tona a existência de um objeto denominado “cofre de Iemanjá”, encontrado nas praias da Calçada do Bonfim, em Salvador, que foi destinado ao IGHB pelo sr. J. Messeder, cujas informações detalhadas desconheço. Esse “cofre”, envolto em uma toalha de linho branco, possivelmente fazia parte de um altar de candomblé, conhecido como “peji”⁴. É comum que, após a morte de um líder religioso do candomblé, os objetos sagrados e pessoais sejam despachados como parte dos rituais funerários (Cardoso, 2021). Nina Rodrigues oferece uma descrição detalhada do objeto, ressaltando tanto sua materialidade quanto seus significados. A peça é esculpida em madeira, policromada e apresenta elementos geométricos, figuras humanas e animais. Ele interpreta a representação como uma cena de pesca, na qual a morte de um crocodilo é celebrada, sugerindo que o réptil tenha sido morto por um homem branco empunhando uma espada.

4 “Santuário dos candomblés” (Carneiro, 2008, p. 159).

Logo mais adiante, Nina Rodrigues reconhece os desafios que enfrenta ao interpretar as intenções do autor da escultura e levanta algumas questões. Se para alguns povos africanos o crocodilo é um animal sagrado, qual seria a sua relação com a cena que celebra a sua captura e morte? E mais, se habitualmente cabe ao homem branco ser representado como má figura, por que estaria na cena “em situação de honra”? (Cardoso, 2021).

Finalmente, diante de poucos indícios, ele chega à conclusão de que é provável que a captura e morte do réptil tenham sido ordenadas pelo orixá que habita aquele cofre, e que a honraria atribuída ao homem branco possa estar relacionada a algum feito positivo, como ser aliado ou protetor.

Não foram encontrados registros institucionais específicos sobre o cofre mencionado por Nina Rodrigues, exceto em seu próprio artigo de 1904. As primeiras doações de objetos afro religiosos ao IGHB estão datadas em 1919. A primeira oferta foi feita por Álvaro Reis, médico-legista baiano e sócio do IGHB, que ofereceu um “pilão de Oxalá” e um “santo africano” (Lista [...], 1919, p. 282). A segunda doação foi feita pelo coronel Arthur Athayde, também sócio do instituto, que doou “vários objetos de um candomblé de caboclo” (Lista [...], 1919, p. 282). A terceira doação foi feita pelo engenheiro francês e sócio fundador Apollinário Frott, que também doou também um “santo africano” (Lista [...], 1919, p. 284). As contribuições de Reis e Athayde receberam atenção por parte do sócio fundador, Manuel Querino⁵. Essas ofertas, ao que parece, o inspirou a escrever breves comentários sobre as expressões culturais e religiosas de origem africana na Bahia.

5 Manuel Raymundo Querino nasceu em 1851, na cidade de Santo Amaro, na Bahia. Como dito, foi sócio fundador do IGHB, bem como professor, escritor, jornalista, historiador, desenhista, pintor, músico, político, líder operário etc.

Figura 1 – Cofre de Iemanjá



Fonte: Rodrigues
(1904, p. 7).

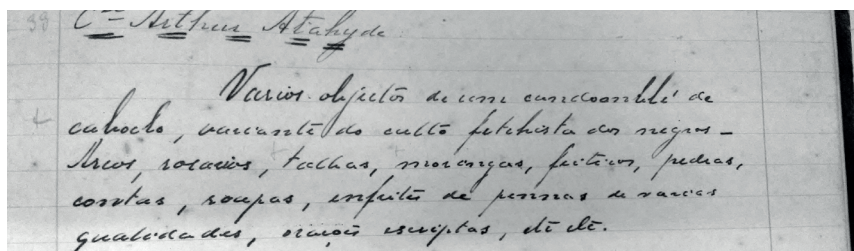
No livro de Ofertas e Donativos (1914-1925) e na Lista de Ofertas de 1919 consta que, “segundo o professor” Querino, o “pilão de Oxalá” é um vasilhame utilizado para servir os alimentos rituais, enquanto o “santo africano”, também doado por Alvaro Reis, identificado como um “símbolo fetichista” ou “iché de Xangô”, é, na verdade, um *oxê*, um machado duplo, emblema do orixá Xangô, utilizado por seus filhos de santo nas danças rituais e no seu assentamento:

No dia do inhame novo, o início das funções do fetichismo o pilão é colocado na sala das danças, contendo galinha e inhame cozinhados. Então, a começar pela mãe do terreiro, as demais pessoas da seita vão tirando a iguaria, comendo e distribuindo pelas pessoas presentes. A propósito do santo diz o mesmo professor [Manuel Querino] que é um símbolo fetichista – Iché de Xangô – e que as filhas de santo dançam com ele seguro na mão direita, como emblema do seu anjo da guarda (Lista [...], 1919, p. 282).

Já o envio feito pelo coronel Arthur Athayde, Querino elaborou um curto texto intitulado “Candomblé de Caboclo - Ligeiras notas a propósito de uma oferta feita ao Instituto pelo Coronel Arthur Athayde de objetos pertencentes a um famoso candomblé de caboclo da Cidade do Salvador. Maio de 1919”. Não foi possível encontrar informações que identificassem

o “famoso candomblé de caboclo” ou as circunstâncias da aquisição dessas peças, apenas que foram ofertados “arcos”, “enfeites de penas”, “talhas”, “rosários”, “feitiços” e “orações escritas” (Lista [...], 1919, p. 284).

Figura 2 – Oferta do coronel Arthur Athayde



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1914-1925).

Querino escreve que a convivência entre africanos, europeus e indígenas nos engenhos e nas aldeias permitiu a fusão de elementos religiosos dessas culturas, originando um novo “fetichismo” chamado “Candomblé de Caboclo”, que estava profundamente enraizado entre “as pessoas inferiores” soteropolitanas (Querino, 1919, p. 235). Os componentes básicos desse culto seriam uma mistura de elementos católicos, africanos e indígenas. Os elementos católicos incluem a presença de cruzeiros e santos, enquanto os elementos africanos abrangem revelações, reclusão para iniciação, posse de encantados e o uso de atabaques e danças. Já os elementos indígenas compreendem o uso de plantas como a jurema, refeições rituais com peixes, aves e outros animais de caça (Querino, 1919).

Ainda vale destacar que, dada a relevância social do Arthur Athayde, uma placa de papel foi fixada no armário que abrigava os objetos frutos de sua doação. Nessa inscrição, consta a identificação do terreiro como “Culto Fetichista da Bahia - Candomblé de Caboclo”, o nome do coronel Arthur Athayde como doador e o ano da oferta, que ocorreu em 1919 (Lody, 1985, p. 79).

Figura 3 – Oferta do coronel Arthur Athayde



Fonte: Lody (1985, p. 79).

No ano subsequente, Manuel Querino expressou-se em um novo texto, adotando um tom mais contundente, para condenar a operação policial que ocorreu no terreiro de Procópio Xavier. O delegado-auxiliar Pedro de Azevedo Gordilho liderou a diligência, alegando combater “a prática do fetichismo” (Viva [...], 1920, p. 1). Na madrugada do dia 19 de maio, durante uma cerimônia, Gordilho e outros cinco soldados invadiram o terreiro, empregando violência física e detendo várias pessoas presentes, que foram forçadas a percorrer a pé até a delegacia.

Durante a invasão, diversos objetos foram destruídos e outros foram apreendidos. Manuel Querino, em seu texto, destaca a brutalidade da ação policial e ressalta o saque realizado no terreiro. Ele afirma que “[...] arrombaram os baús e conduziram toda a roupa que encontraram, dinheiro, objetos de prata, um anel com brilhante [...]”. Foi mais um saque do que uma diligência policial” (Castillo, 2010, p. 42). Conforme relatado por Manuel Querino, esta parecia ser uma prática recorrente por

parte do delegado-auxiliar. Em 16 de agosto do mesmo ano, ocorreu a invasão do terreiro da sacerdotisa Catharina, localizado na região da Barra. Durante essa ação, uma verdadeira “limpeza” foi realizada nos objetos encontrados, cujo valor foi estimado em mais de “cento e tantos mil réis” (Castillo, 2010, p. 42). Entre os itens apreendidos, encontrava-se uma pequena escultura de um caboclo, “armado de arco e flecha rodeado de menores”.

Os objetos apreendidos no terreiro de Procópio foram encaminhados para a delegacia e posteriormente “examinados” por Pedro Mello, diretor do Gabinete de Identificação do Departamento de Polícia Técnica da Bahia. O interesse de Mello era avaliar esses objetos e, em seguida, convencer Gordilho a doá-los ao IGHB (Os Candomblés, 1920, p. 1). Surpreendentemente, a proposta⁶ foi aceita pelo delegado auxiliar. Assim como no caso de Athayde, uma placa foi confeccionada para indicar que os objetos pertenciam ao “Culto Fetichista da Bahia - Candomblé Africano” e a indicação dos seus doadores – “Drs. Pedro Mello e Pedro Gordilho” em 1920 (Lody, 1985, p. 101).

A escolha do museu do IGHB como espaço ideal para guardar e exibir os objetos apreendidos no terreiro de Procópio Xavier foi bastante comemorada pela mesma imprensa baiana que publicava artigos contrários aos terreiros, incitando uma maior repressão e denunciando supostos desvios de conduta. Em suas notas, faziam reclamações, especialmente sobre o exercício da “curanderia” e da “falsa medicina”. A polícia, por sua vez, respondia a essas denúncias, realizando incursões nos terreiros para restabelecer a ordem, resultando na prisão de várias pessoas e apreendendo objetos. Posteriormente, os mesmos objetos que inicialmente serviram como evidências criminais nas delegacias eram doados a instituições como o IGHB. Por meio desse ato de doação, se de um lado manifesta-se o poder da polícia, sua preservação e exibição, de forma exemplar, como se fossem troféus, também representava outra forma de controle social.

6 No entanto, não encontrei registro dessa doação nas listas de ofertas feitas à instituição referente ao ano de 1920.

Severiano Manuel de Abreu, nascido em 20 de abril de 1886 (Braga, 1995, p. 111), era descrito como um militar de segunda linha por profissão, um “tipo forte de caboclo, estrutura um pouco acima de mediana, fala mansa e de boas maneiras” (No mundo [...], 1936, p. 5), fazendeiro e dono de algumas propriedades, incluindo o imóvel onde o seu templo religioso – o Centro Espírita Paz, Esperança e Caridade – estava situado, no bairro Cruz do Cosme. Embora fosse popular entre pessoas de diferentes localidades e classes sociais, Severiano foi perseguido pela imprensa de Salvador nos primeiros anos do século XX.

Figura 4 – Severiano Manuel de Abreu



Fonte: No mundo [...] (1936, p. 5).

Os jornais da época tornavam Severiano uma figura questionável por não seguir os preceitos do candomblé “puro”, diferentemente de outros

espaços religiosos considerados tradicionais, como os terreiros do Engenho Velho e Gantois. No entanto, seu conhecimento e sua prática religiosa apresentavam outra perspectiva da dinâmica das religiões africanas no Brasil, incorporando elementos religiosos indígenas e do espiritismo popular, criando, assim, o candomblé de caboclo (Braga, 2005).

Em especial, em outubro de 1921, o jornal *A Tarde*, do dia 4, acusou Severiano de cárcere privado, extorsão, feitiçaria e de falsa medicina, ao ponto de exigir intervenção policial. A principal alegação era que essas práticas “primitivas” continuavam a existir “[...] sem que a polícia, sem que a higiene, se movam por uma providência no sentido de cercar-lhe essa liberdade” (A última [...], 1921, p. 1). Segundo a reportagem, uma jovem de 14 anos chamada Maria Rodrigues de Oliveira foi encontrada em seu centro religioso para tratar uma enfermidade com práticas que estavam em desacordo com a medicina tradicional, sendo-lhe cobrado cerca de 300 réis. Ao ser interrogado, Severiano disse que a jovem se encontrava ali para receber um tratamento espiritual sem qualquer custo, caso houvesse a necessidade de prescrição de medicamentos, isso seria função dos médicos colaboradores do seu centro.

As notas seguintes, publicadas nos dias 6 e 7 de outubro, comemoram e descrevem a ação policial contra Severiano. Às 20 horas, no dia 5 de outubro, o centro espírita foi invadido, silenciosamente e pela porta da frente, pelo subdelegado da Cruz do Cosme, Antônio Theodoro Coelho, acompanhado do escrivão e do policiador Cyrillo Patrício da Silva (Na pista [...], 1921, p. 1). A diligência aconteceu durante uma das sessões, estavam presentes pessoas pertencentes à elite baiana, “senhoras de posição”, “mocinhas e cidadãos” que frequentam ali sem que ninguém soubesse. Após o anúncio da chegada de Jubiabá, feito pelo médico, Camillo Lellis, coberto por um “capacete de penas na cabeça”, se iniciou a incursão policial. Dois pacientes foram encontrados no local, a jovem Maria Rodrigues, personagem da denúncia feita anteriormente pelo jornal, e Armando Chaves. Armando, “dado como maluco”, já havia sido entregue outras vezes à família pelas mãos da polícia, sendo novamente advertida sobre a permanência do jovem ali. Maria seguiu para o internamento no Asilo São João devido à sua “excitação nervosa” e Armando, para a sua residência em Itapagipe (Na pista [...], 1921, p. 1).

As pessoas da elite que participavam da sessão tiveram permissão da polícia para que fossem embora sem ter seus nomes registrados. Nem mesmo o jornalista teve interesse em identificá-las. Esse comportamento diferenciado se reflete também no tratamento dado a Armando e Maria. Para o primeiro, é concedido o direito de voltar para o seu seio familiar, enquanto Maria seguiu para o internamento devido ao seu estado de “agitação demoníaca” e teve a sua imagem exposta pelo jornal. A intenção era comprovar as denúncias dos malefícios e os perigos que esses espaços religiosos produziam, principalmente, para aqueles que buscavam a cura de doenças. A polícia apreendeu a “cadeira do explorador e as missangas e ídolos de pau que formavam os deuses do culto” (Na pista [...], 1921, p. 1). Todo o material foi levado para o posto policial. Alguns participantes conseguiram fugir. Na reportagem, consta que o dr. Camillo Lellis não foi mais visto.

Já Severiano se apresentou como determinado, negando todas as acusações. A polícia não conseguiu provar nenhum dos crimes pelos quais ele estava sendo acusado. Ainda assim, o subdelegado alegou que as atividades daquele centro religioso deveriam ser interrompidas por incomodar a vizinhança (Na pista [...], 1921, p. 1).

Em uma nova tentativa de incriminar Severiano, o jornal *A Tarde*, publicou uma denúncia sobre uma mulher estrangeira, chamada Philomena Morano, que buscou tratamento no centro espírita, vindo a falecer meses depois (Jubiabá [...], 1921b, p. 1). Apesar do atestado de óbito informar que a morte se deu por “doença”, o jornal afirmou, a partir do depoimento do subdelegado Antônio Coelho, que a causa da morte havia sido por consequências das “beberagens” e “drogas” manipuladas por Severiano. A reportagem concluiu garantindo que a polícia iria instaurar um inquérito para exumar o corpo e averiguar o caso.

Anos depois, em entrevista dada ao jornal *O Estado da Bahia*, em 1936, Severiano rememora a invasão policial de 1921, afirmando que a motivação se deu por vingança pessoal. Segundo ele, o subdelegado Antônio Theodoro Coelho, carinhosamente apelidado de “Tonico”, frequentava o seu centro espírita e mantinha, entre eles, uma relação de amizade. É importante observar que os anos iniciais do século XX estão marcados pela intensa repressão policial às manifestações religiosas afro-brasileiras. Esse caso ilustra a presença de policiais, tanto como membros ou não dos

terreiros de candomblé, sendo possível intervir diretamente nas diligências policiais, às vezes confirmando suspeitas de convivência com as práticas religiosas (Braga, 2005).

Figura 5 – Antônio Theodoro Coelho



Fonte: Jubiabá [...] (1921a, p. 1).

Contudo, a amizade entre Severiano e o subdelegado se transformou em hostilidade quando divergências surgiram por Theodoro propor transformar a casa de Severiano em um prostíbulo, ideia que foi prontamente rejeitada, resultando em ameaças e atos de intimidação. Chegando ao ponto de ser enviado para o centro espírita uma cabeça de urubu com um bilhete intimidador, escrito pelo escrivão de polícia (No mundo [...], 1936, p. 5).

Irritado com a ineficiência das ameaças, o subdelegado se aproveitou da sua familiaridade com o lugar para promover sua diligência em pleno funcionamento do centro espírita. De maneira ardilosa, Theodoro esperou a chegada do encantado Jubiabá sem levantar qualquer suspeita dos presentes. Dado a hora certa, não apenas Severiano, ainda incorporado, foi preso, mas também a sua cadeira foi apreendida junto a outros materiais (Na pista [...], 1921, p. 1) – como “gorros”, “toalhas” e “atabaques” (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1914-1925, p. 57) –, como prova de um suposto crime.

Por motivos desconhecidos, os objetos apreendidos durante a diligência policial permaneceram na delegacia por alguns dias. No entanto, posteriormente, o subdelegado decidiu doá-los ao museu do IGHB. No arquivo da instituição, consta uma carta datada em 8 de outubro de 1921, escrita à mão por um terceiro, e assinada por Antônio Theodoro Coelho. Nesse documento, o subdelegado oferece os objetos apreendidos para a instituição, em nome do secretário perpétuo Bernardino de Souza, sem fornecer uma descrição detalhada ou qualquer identificação⁷, destacando apenas a cadeira de Jubiabá.

O livro de Ofertas e Donativos, abrangendo o período de 1914 a 1925, contém registros de duas doações feitas pelo subdelegado Antônio Theodoro Coelho. Em ambos os casos, os objetos foram resultados de diligências policiais: a primeira em maio de 1921 e a segunda em outubro do mesmo ano, quando a cadeira-trono em questão foi apreendida. No dia 18 de maio de 1921, o subdelegado invadiu o Terreiro “Atumbasé”, na localidade conhecida como “Forno”, com o objetivo de combater a “bruxaria” e o “feticismo”. Foram apreendidos mais de 15 objetos, entre eles, um assento, sendo todos ofertados para o IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1914-1925, p. 54).

A ENTREGA DA CADEIRA-TRONO PARA O TERREIRO MOKAMBO

Em 2011, o Terreiro Mokambo-Nzo Nguzo za Nkisi Dandalunda ye Kitembo, liderado por Tata Anselmo, reivindicou a entrega da cadeira-trono por considerar-se espiritualmente descendente da linhagem espiritual de Jubiabá, de onde a cadeira foi retirada em 1921. A solicitação foi encaminhada por meio da Associação Beneficente Pena Dourada, criada em 1993 por amigos e membros do terreiro. Tata Anselmo, como sacerdote e membro da associação, participou do processo como interveniente.

Ele também tinha por responsabilidade o Memorial Kimsibiê, local proposto como espaço de guarda e de exibição da cadeira de Jubiabá, situado dentro do próprio terreiro. E que abriga um acervo documental, arquivístico e museológico de valor cultural e histórico, destacando a ancestralidade do

7 Na carta, consta que objetos apreendidos nos terreiros de Mascu, Cyriaco e Elypeu também estavam sendo encaminhados. Como dito, apenas a cadeira de Jubiabá foi discriminada.

Terreiro Mokambo e a trajetória dos povos de tradição bantu. O discurso do Memorial Kimsibiê tem como elemento central a trajetória individual de Tata Anselmo, expressa por meio de textos, fotos e objetos que materializam sua experiência religiosa e pessoal no candomblé.

Anselmo José da Gama Santos⁸ nasceu no Rio de Janeiro, onde foi iniciado no candomblé angola em 1975, no Terreiro Abraçá de Kavungo. A partir da década de 1980, Anselmo passou a fazer parte e a morar no Terreiro São Jorge Filho da Goméia, no município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, após completar as obrigações de sete anos de sua iniciação realizadas por Altamira Maria Conceição Souza (1924-1989), a Mãe Mirinha (Santos, 2008). A partir daí, estabeleceu-se o seu vínculo familiar, formado por Mãe Mirinha, sua mãe de santo. Sendo ela iniciada em 1932, por João Alves Torres Filho (1914-1972), conhecido como Joãozinho da Goméia, seu avô de santo. Assim, uma das narrativas conhecidas pela iniciação de Joãozinho mostra que haveria sido Severiano Manoel de Abreu, o Jubiabá, o responsável pelo rito religioso (No jubileu [...], 1955, p. 3), configurando-se, conseqüentemente, bisavô de santo de Tata Anselmo.

Munido do argumento da descendência religiosa, a associação recorreu à então presidente do IGHB, a historiadora e professora, Consuelo Pondé. De acordo com Jaime Nascimento, historiador e sócio do IGHB e encarregado de levar a discussão para o instituto, a forma como o assunto foi abordado não foi considerada a mais adequada somada à intervenção de outras pessoas a favor da solicitação. Inclusive, em momentos da vida privada da presidente, o que a desagradou. Concomitante ao adoecimento e o seu falecimento em 2015, somente com a posse do sucessor, Eduardo Moraes de Castro, foi dada continuidade a solicitação (Cardoso, 2021).

Tata Anselmo afirmou: “A partir da morte de Consuelo e da entrada do presidente atual, tivemos uma maior agilidade. O presidente Eduardo me chamou e disse: ‘Vamos finalizar isso e fazer a entrega’” (Cardoso, 2021). Nascimento conta que alguns sócios que não apoiavam a iniciativa mudaram de posição quando outros filiados, como Roberto Figueira Santos, Edivaldo Boaventura e Pedro Calmon, intervieram a favor da reivindicação. Roberto Santos, que ocupava a posição de presidente de honra do IGHB, desempenhou um papel

8 *In memoriam.*

significativo no processo, auxiliando a instituição no procedimento jurídico (Cardoso, 2021). Sendo ele reconhecido por seu feito como governador do estado da Bahia, quando sancionou o Decreto-Lei nº 25.095, em 15 de janeiro de 1976, que extinguiu a obrigatoriedade de cadastramento dos terreiros na Seção de Censura e Controle de Diversões Públicas da Delegacia de Jogos e Costumes, permitindo que suas atividades religiosas fossem autorizadas (Braga, 1995).

Após a conclusão do processo, em 2015, um contrato de comodato foi assinado entre as instituições, o IGHB e a Associação Beneficente Pena Dourada, concordando com a entrega da cadeira-trono. O comodato é um empréstimo gratuito de coisas não substituíveis, conforme definido pelo artigo 579 do Código Civil. O contrato estabelece que a associação é a responsável por guardar, preservar e promover a cadeira-trono, mas não tem permissão para movê-la para outro local, determinando que ela permaneça no Memorial Kisimbîê. Em caso de violação dessas condições, o IGHB tem autoridade para retomá-la extrajudicialmente. Essas considerações mostram que o IGHB mantém a propriedade do objeto e controla seu uso, designando-o para fins religiosos.

Quando questionado sobre a opção do IGHB de escolher um empréstimo, Nascimento explicou que foi a forma mais rápida de responder a solicitação, sendo que a natureza jurídica da instituição não permite a restituição do objeto. Como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), uma entidade privada, o seu regulamento restringe a dissociação de seu acervo apenas para instituições congêneres, impossibilitando a devolução definitiva da cadeira-trono ao terreiro. Vale citar que durante nossa conversa, o historiador me corrigiu quando utilizei o termo “devolução” para descrever os trâmites internos. Segundo ele:

Primeiro que quem apreendeu foi a polícia e não foi a polícia que levou para o Instituto. A polícia apreendeu, levou não sei para onde e Manuel Querino levou para o Instituto e lá ficou guardada. O terreiro Mokambo não é o terreiro original de onde a cadeira saiu. Jubiabá dizia que era centro espírita. Então não pode ser devolução se não foi devolvida pra o lugar de onde ela não veio, foi uma entrega. Porque do ponto de vista do Instituto, aquilo não é um objeto histórico, de decoração, nem nada. Era um objeto sagrado, a cadeira de poder de um babalorixá (Cardoso, 2021, p. 137).

A carta de encaminhamento supracitada, assinada pelo subdelegado Antônio Theodoro Coelho, responsável pela diligência policial, descreve que os objetos, incluindo a cadeira de Jubiabá, foram apreendidos e ofertados ao IGHB. Não encontrei qualquer evidência associada a Manuel Querino como responsável por transportar essa apreensão da subdelegacia para o Instituto, mas também não foram encontradas informações que contradigam essa possibilidade. Além disso, é importante observar que, embora Severiano Manuel de Abreu alegasse liderar um centro espírita, as reportagens indicam que sua prática religiosa era reconhecida como candomblé de caboclo. O próprio instrumento legal utilizado pelo IGHB nomeia a cadeira-trono como “Cadeira de Ogum”, orixá associado a Jubiabá.

Figura 6 – Tata Anselmo e a cadeira de Jubiabá no Memorial Kimsibê



Fonte: produzida pela
autora.

Em 2015, na sede do IGHB, ocorreu a cerimônia de entrega da cadeira-trono ao Terreiro Mokambo, sendo submetida a dois tipos de procedimentos: um burocrático e outro religioso. O procedimento burocrático envolveu a presença de pessoas escolhidas por Tata Anselmo, representativas da cultura, religião e academia, que testemunharam a celebração do contrato entre o instituto e a associação. Esse evento destacou o compromisso, o diálogo e o pacto de uma relação ética entre as duas instituições no processo de entrega da cadeira de Jubiabá. Por outro lado, no ritual religioso, a celebração ocorreu de forma distinta. Seguindo as normas do candomblé, os ogãs do terreiro vestiram trajes cerimoniais e carregaram a cadeira-trono enquanto entoavam cantos religiosos pelos corredores do instituto, marcando o rompimento do silêncio que a envolveu por mais de 90 anos e reintegrando-a a novas dinâmicas ao inseri-la nas relações sociais e religiosas presentes no Terreiro Mokambo.

A entrega da cadeira-trono ao Terreiro Mokambo pode ser vista como uma busca por uma medida reparatória, refletindo o início de mudanças que levaram o instituto a reconhecer que não era o local adequado para salvaguardar um objeto religioso. Essa ação também é uma resposta ao avanço e à pressão dos movimentos sociais negros, que reivindicam negociações com instituições historicamente representativas das elites do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrega da cadeira-trono para o Terreiro Mokambo simboliza mais do que a preservação de um objeto histórico; ela representa a integração da memória de Severiano Manoel de Abreu e o seu encantado, reintegrados a uma rede pública de relações sociais e religiosas em constante transformação. Agora, a cadeira de Jubiabá é reconhecida como elemento vital e representativo de uma entidade espiritual no seio de uma comunidade que valoriza a sua história.

Embora restrito por certas condições impostas no contrato de comodato, o Terreiro Mokambo também se compromete a promover a cadeira-trono, envolvendo-se em atividades diversas como congressos, seminários, produções audiovisuais, além de acolher visitantes e pesquisadores.

Dessa forma, contribui-se também para a luta contra a intolerância religiosa e o racismo, temas ainda presentes no dia a dia das religiões de matriz africana no Brasil. Por sua vez, o IGHB, ao entregar a cadeira-trono, reconhece a legitimidade do Terreiro Mokambo como herdeiro de Severiano Manuel de Abreu e o Memorial Kisimbiê como um espaço apropriado para sua preservação, uma vez que a entrega da cadeira de Jubiabá também reflete a mobilização da comunidade religiosa em busca do reconhecimento de sua prática religiosa e da proteção de sua memória.

REFERÊNCIAS

A FEITIÇARIA: a polícia cerca a casa de Jubiabá. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 6 out. 1921.

A ÚLTIMA façanha do feiticeiro: o inspirado de Jubiabá mantém reclusa uma menor de 14 anos. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 4 out. 1921.

BRAGA, Júlio. *A cadeira de Ogã e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 1995.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

CARDOSO, Renata da Silva. *Reminiscências de uma coleção: as peças do candomblé do IGHB: apreender, ofertar e exibir*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34342>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Cultura Material e coleção em museu de história: as formas espontâneas de transferência do provado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argymentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 85-110.

CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 2010.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Colecionando “homens e cousas”: por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894 a 1927). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Salvador, v. 112, p. 97-134, 2017.

ESTATUTOS do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Salvador, n. 1/2, p. 37-58, 1998.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. *Livro de Ofertas e Donativos, 1914-1925*. [Salvador], 1914-1925.

JUBIABÁ em cena. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 8 out. 1921a.

JUBIABÁ em maus lençóis. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 14 out. 1921b.

LISTA de ofertas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Salvador, p. 282-284, 1919.

LODY, Raul. *Um documento do candomblé na cidade de Salvador*. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

NA PISTA de uma denúncia da A Tarde. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 7 out. 1921.

NO JUBILEU de prata de Joãozinho da Goméia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 dez. 1955.

NO MUNDO cheio de mysterios. *O Estado da Bahia*, Salvador, p. 5, 11 maio 1936.

OS CANDOMBLÉS: viva Ogunjá. *A Manhã*, Salvador, p. 1, 20 maio 1920.

QUERINO, Manuel Raymundo. Candomblé de Caboclo - Ligeiras notas a propósito de uma oferta feita ao Instituto pelo Coronel Arthur Athayde de objetos pertencentes a um famoso candomblé de caboclo da Cidade do Salvador. Maio de 1919. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Salvador, p. 234-235, 1919.

RODRIGUES, Raimundo Nina. As Belas-artes nos Colonos pretos do Brasil: a escultura. *Revista Kósmos*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1-8, 1904.

SANTOS, Anselmo José da Gama. *Terreiro Mokambo: espaço de aprendizagem e memória do legado Banto no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

VIVA Ogunjá. *O Imparcial*, Salvador, p. 1, 20 maio 1920.